

RESULTADO FISCAL DO TESOURO NACIONAL

O Tesouro Nacional obteve em 1998 um superávit primário de cerca de R\$ 12,9 bilhões, aproximadamente 1,40% do PIB, atingindo um resultado significativamente maior do que o superávit alcançado no ano anterior.

**NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO
DO TESOURO NACIONAL (*)**

Em R\$ milhões	1997		1998		1997	1998
	NOV	DEZ	NOV (1)	DEZ (1)	JAN-DEZ	JAN-DEZ
I - RECEITA TOTAL	9.408,1	12.970,2	11.167,4	13.700,0	115.990,4	137.668,5
I.1. Administrada pela SRF	8.884,1	11.609,6	8.683,5	11.275,6	107.119,7	117.781,6
I.2. Restituições (-)	-214,5	-264,1	-226,8	-232,4	-2.825,7	-3.546,8
I.3. Diretamente Arrecadada	564,7	1.116,4	489,1	1.147,4	7.305,8	7.422,5
I.4. Demais	203,8	638,4	2.291,6	1.568,3	5.138,6	16.781,2
I.5. Incentivos Fiscais	-30,0	-130,0	-70,1	-59,0	-748,1	-770,0
II - DESPESA TOTAL	8.453,0	12.848,0	10.808,6	10.202,7	111.810,7	124.781,0
II.1. Transferências a Estados e Municípios	2.082,2	2.163,9	2.100,8	2.479,9	24.080,6	27.222,8
II.2. Despesas da Administração Federal	6.908,7	10.547,9	8.550,6	7.375,5	85.639,8	94.703,5
II.2.1. Pessoal e Encargos	3.092,4	5.033,0	4.804,0	2.494,8	41.805,1	45.895,8
II.2.2. Despesas de Custeio e Capital	3.816,3	5.515,0	3.746,6	4.880,7	43.834,7	48.807,8
II.2.2.1 - Abono e Seguro Desemprego	441,1	308,7	337,9	373,6	4.317,1	4.458,6
II.2.2.2 - Desapropriação de Terra p/ Reforma Agrária	98,6	133,4	97,7	94,1	735,0	573,5
II.2.2.3 - Outras Despesas de Custeio e de Capital	3.276,6	5.072,8	3.310,9	4.413,0	38.782,7	43.775,7
II.3. Subsídios	-537,9	136,2	157,2	347,4	2.090,2	2.854,7
II.3.1. Operações Oficiais de Crédito	-603,9	91,2	136,6	257,6	1.773,7	2.091,7
II.3.2. Fundos Regionais	66,1	45,0	20,6	89,8	316,5	763,1
III - RESULTADO PRIMÁRIO (I - II)	955,0	122,2	358,8	3.497,3	4.179,7	12.887,5
IV - RESULTADO PRIMÁRIO / PIB					0,5%	1,4%

(*) Governo Central exceto arrecadação própria e benefícios pagos pelo INSS e Bacen

(1) Dados de novembro e dezembro preliminares

Uma série de fatores contribuíram para obtenção desse resultado; de um modo em geral, fatores decorrentes do esforço fiscal realizado pelo governo central para atingir um resultado primário positivo no ano¹. Por um lado, em novembro/97 foi anunciado um conjunto de medidas preventivas para aumentar a arrecadação e reduzir as despesas de 1998. Por outro, ressalta-se a atuação do Tesouro no controle dos gastos públicos em 1998, precisamente com as constantes revisões do Decreto 2.451/98 ao longo do ano, buscando adequação da programação orçamentária à disponibilidade financeira do Tesouro.

¹ - A meta de resultado primário do governo central, orçamento fiscal e da seguridade social, foi fixada em no mínimo R\$ 5,0 bilhões para 1998, de acordo com o decreto 2.773/98 de setembro.

Comportamento da Receita em 1998

A receita total do Tesouro Nacional atingiu R\$ 137,7 bilhões em 1998, 18,7% a mais do que a arrecadação de 1997. Entre os itens que mais contribuíram para esse desempenho, destacamos, inicialmente, o crescimento de 10,0% nas receitas com tributos federais administrados pela SRF, as quais atingiram R\$ 117,8 bilhões no ano. Os tributos com melhor desempenho no período foram:

- i) IRRF-capital (crescimento de 137,7%), pelo efeito conjunto da elevação da alíquota incidente sobre aplicações em renda fixa (de 15% para 20%) em janeiro/98, tributação dos rendimentos acumulados até 31/12/97, e nova sistemática de tributação mensal a partir de julho/98;
- ii) imposto sobre importações (27,4%), pelo efeito da elevação da alíquota em três pontos percentuais em novembro/97;
- iii) CPMF (17,5%), pelo número de meses de contribuição maior no ano em relação aos onze meses de 1997;
- iv) IRRF-trabalho (17,1%), pela elevação da alíquota de 25,0% para 27,5% a partir de janeiro/98, de acordo com a Lei 9.532/97; e
- v) IPI-bebidas (13,7%), pela elevação das alíquotas em cerca de 10,0% a partir de novembro/97, conforme Ato Declaratório nº 74/97 da SRF.

Por outro lado, houve redução em outros tributos administrados pela Receita Federal, entre os quais:

- i) IPI-automóveis (22,4%), em decorrência da queda no volume de vendas do setor automotivo e redução da alíquota do imposto em agosto/98, conforme Decreto 2.376/97;
- ii) IPI-fumo (10,7%), redução do volume de vendas do produto acompanhada de queda no nível de atividade econômica;
- iii) IPI-outros (8,6%), aumento no valor das compensações referente ao crédito presumido de IPI e Cofins e queda no nível de atividade; e
- iv) IOF (6,5%), redução da alíquota de 15% para 6% nas operações de crédito das pessoas físicas em julho/98, de acordo com Portaria SRF nº 157.

Fora a arrecadação dos impostos e contribuições administradas pela SRF, foram contabilizados, ainda, R\$ 7,4 bilhões em receitas diretamente arrecadadas por outros órgãos da administração direta e administração indireta da União. Destacam-se, nesse grupo, a redução de cerca de 11,4% no recolhimento do salário-educação, reflexo da queda na sua base de contribuição (folha de pagamento) no ano; e, em paralelo, aumento de 9,5% nas receitas com taxas e tarifas diversas (fontes 150,

250 e outras). Ainda assim, em termos agregados, houve no período um crescimento médio nominal de 1,6% nesse item de receita.

Foram recolhidos também R\$ 16,8 bilhões em “demais receitas” da União, entre as quais as receitas de concessão dos serviços de telecomunicação, participações e dividendos, e outras receitas extraordinárias. As receitas de concessão aumentaram 514,5% em relação a 1997, atingindo R\$ 9,3 bilhões ao longo de 1998: R\$ 2,5 bilhões em março e R\$ 1,6 bilhão em abril, provenientes da concessão da Banda “B” de telefonia celular, e R\$ 5,3 bilhões em agosto, resultado da concessão do Sistema Telebrás. As receitas com participações e dividendos da União, por sua vez, atingiram cerca de R\$ 2,4 bilhões, montante quase três vezes maior do que a arrecadação do ano anterior. No quadro a seguir destacamos as principais estatais que pagaram dividendos no exercício².

Empresa Estatal	(R\$ milhões)
Eletrobrás	947,0
BNDES	875,0
Telebrás	156,2
Petrobrás	118,9
CEF	101,5
Banco do Brasil	85,3
Outros	86,7
Total	2.370,6

Do restante das “demais receitas” da União, contribuíram para seu desempenho atípico outras receitas extraordinárias, tais como R\$ 1,8 bilhão proveniente dos saldos positivos apresentados pela denominada “conta petróleo e álcool³”, e cerca de R\$ 170,5 milhões decorrentes de depósitos abandonados, já descontados as devoluções efetuadas no ano.

Excluindo o montante dessas receitas adicionais, para efeitos de comparação com o ano anterior, ainda assim, o comportamento das “demais despesas” em 1998 foi próximo da evolução das receitas administradas pela SRF, qual seja, de crescimento médio igual a 10,0%.

² - Merece destaque, nesse período, a publicação do Decreto 2.673/98, pelo qual foi ampliado para 25% o percentual mínimo de dividendos sobre o lucro líquido das empresas estatais nas quais a União tem participação majoritária; e foi estabelecido, além disso, a incidência de encargos financeiros (atualização pela taxa Selic) sobre os valores devidos mas ainda não pagos para a União.

³ - Instituída pela Lei 4.452/64, com procedimentos de transferência previstos no artigo 22 da MP nº 1.755/98.

Comportamento da Despesa

As despesas da União somaram R\$ 124,8 bilhões no ano, um crescimento nominal de 11,6%, quando comparado com os R\$ 111,8 bilhões gastos pelo Tesouro Nacional em 1997; porém menor do que o crescimento de 18,7% registrado nas receitas.

Do total desembolsado, R\$ 27,2 bilhões foram repassados para estados e municípios, entre i) transferências de R\$ 24,8 bilhões para os fundos constitucionais (FPM, FPE e IPI-exportação), 10,6% maiores do que em 1997, acompanhando a evolução das receitas com IPI e IR; ii) desoneração do ICMS no valor de R\$ 2,3 bilhões, 38,0% a mais do que a parcela repassada no ano anterior, refletindo a mudança de cálculo prevista para o período pela Lei Complementar 87/96 e a edição das Portarias Interministeriais 213/97 e 340/98 – MF/MPO⁴; e iii) transferências voluntárias, R\$ 205,3 milhões, resultado de convênios firmados entre a União e os entes subnacionais.

Em relação aos gastos com pessoal e encargos, vale lembrar que em março de 1998 houve transferência da data de pagamento de pessoal para o próprio mês de referência. Com isso tivemos, naquele mês, o pagamento de uma parcela referente a fevereiro (cerca de 70%), mais a folha de março. Em dezembro, para manter as despesas com essa rubrica compatíveis com o orçamento e reduzir eventuais distorções na comparação com outros períodos, o Tesouro liberou apenas 30% da folha, totalizando no ano doze folhas, mais o 13^o salário.

Comparado com 1997, então, houve uma elevação de 9,8% nos gastos com pessoal e encargos. Parte dessa elevação pode ser atribuída ao crescimento vegetativo da folha de pagamento (associado, por exemplo, aos planos de cargos e salários de algumas carreiras da União), mas o fator que contribuiu de fato para esse comportamento foi a incorporação, por decisão judicial, de até 28,86% concedidos a alguns segmentos do funcionalismo público em meados do ano⁵.

Seguindo a mesma trajetória dos gastos com pessoal, as despesas primárias com custeio e capital cresceram 11,3% no ano, ou cerca de R\$ 4,9 bilhões em relação a 1997. Contribuiu para esse aumento algumas despesas extra-orçamentárias atípicas, como, por exemplo, as decorrentes de sentenças judiciais contra a União; repasse extraordinário para a Sudene, por conta da seca em algumas regiões do nordeste; transferências adicionais para o fundo de

⁴ - As Portarias Interministeriais 213/97 e 340/98 ajustaram a metodologia de cálculo dos valores de entrega, de modo a permitir ao estado, mediante convênio e após adesão a critérios e condições estabelecidas nas portarias, receber recursos adicionais da desoneração do ICMS.

⁵ - Vale lembrar, ainda, que o impacto sobre a folha não foi linear sobre as despesas porque, desse percentual, foram descontados os reajustes concedidos anteriormente.

desenvolvimento do ensino fundamental (Fundef); entre outras. No ano, essas rubricas pressionaram o resultado em cerca de R\$ 1,5 bilhão.

Além disso, outros gastos não limitados pelo orçamento aumentaram em 1998. As demais despesas do FAT, aplicadas na qualificação profissional dos trabalhadores (Sefor) e na intermediação de emprego (Sine), por exemplo, cresceram cerca de 27,5%, atingindo R\$ 814,7 milhões no período⁶. Soma-se a isso as despesas com custeio do legislativo e judiciário, também fora do limite orçamentário, as quais passaram para R\$ 2,5 bilhões, aproximadamente 31,6%, ou R\$ 607,9 milhões a mais do que as liberações de 1997.

Paralelamente, tiveram um crescimento bastante significativo as despesas com benefícios assistenciais (LOAS) pagos pelo INSS com recursos do Tesouro: foram cerca de R\$ 1,1 bilhão gastos no ano com esses benefícios, 44,4% a mais do que em 1997.

Por fim, dois últimos destaques: as despesas com abono e seguro-desemprego tiveram uma ligeira alta, somando R\$ 4,5 bilhões no ano; e as despesas com desapropriação para reforma agrária, através da colocação direta de Títulos da Dívida Agrária (TDA), atingiram R\$ 573,5 milhões.

No acumulado do ano, em suma, as despesas com custeio e investimento aumentaram menos, se compararmos com o crescimento das receitas, e as rubricas que mais espelharam esse aumento ou representavam gastos de difícil compressão, como saúde, educação e benefícios assistenciais, ou foram decorrentes de gastos não sujeitos ao limite dos decretos, como ajuda aos agricultores do nordeste vitimados pela seca e custeio do legislativo e judiciário.

Último grupo de despesas da União, os subsídios atingiram R\$ 2,9 bilhões em 1998, aproximadamente 36,6% a mais do que as despesas do ano anterior. Do total, R\$ 763,1 milhões foram subsídios dos fundos regionais (FNO, FCO e FNE), apurados pela diferença entre as transferências do Tesouro Nacional e o retorno médio dos empréstimos concedidos pelos respectivos fundos. Os cerca de R\$ 2,1 bilhões restantes foram empregados no Programa das Operações Oficiais de Crédito (POOC), em que o governo atua para incentivar a produção agrícola e as exportações de produtos nacionais para o exterior. Para isso foram destinados recursos para os seguintes programas:

- i) Custeio Agropecuário, com o qual o governo, via Banco do Brasil, concede empréstimos subsidiados para financiamento de pequenos produtores rurais. Foram gastos R\$ 258,7 milhões (12,4%) com essa rubrica ao longo do ano;

⁶ - Tais recursos são aplicados, ainda, no apoio às operações do seguro-desemprego e do Proger, nas pesquisas de emprego e desemprego (PED) de algumas regiões metropolitanas brasileiras, nos contratos operacionais do Codefat com a Caixa e o Banco do Brasil, na confecção de carteiras de trabalho etc.

- ii) Empréstimos do Governo Federal (EGF); no âmbito da política de preços agrícolas o Tesouro liberou R\$ 515,7 milhões (24,7%) para assegurar ao produtor rural recursos necessários à colocação oportuna de seus produtos no mercado;
- iii) Aquisições do Governo Federal (AGF), para a formação de estoques públicos reguladores e estratégicos, via Conab, também no âmbito da política de preços agrícola, o governo gastou R\$ 305,0 milhões (14,6%)⁷;
- iv) Programa de Garantia de Sustentação de Preços, instrumento alternativo da política de preços agrícolas com o qual o governo assegura seus objetivos no setor. Para isso desembolsou em 1998 o montante de R\$ 182,2 milhões (8,7%);
- v) Pronaf, programa para financiamento das atividades agropecuárias exploradas mediante emprego direto do produtor rural e sua família. Foram liberados pelo Tesouro outros R\$ 171,9 milhões (8,2%) no ano;
- vi) Proex, instrumento pelo qual o governo procura ampliar as exportações brasileiras concedendo condições mais atrativas de financiamento aos produtores. Em 1998 foram despendidos R\$ 615,9 milhões (29,4%) com essa rubrica, mais que o dobro das despesas de 1997, mas as exportações vinculadas ao programa passaram de R\$ 9,8 bilhões naquele ano para R\$ 26,4 bilhões nesse exercício; e por fim,
- vii) Equalização da dívida agrícola, em que o Tesouro paga a o diferencial de encargos financeiros, entre o custo cobrado pelo sistema bancário e os juros pagos pelo agricultor, de acordo com a Lei 9.138/95. A parcela do subsídio apurada no ano atingiu R\$ 525,3 milhões (25,1%).

⁷ - Resultado líquido da aquisição menos a venda de produtos agrícolas.

DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL**Dívida Líquida**

A dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do mercado - composta de passivos e haveres contra o setor privado financeiro e não-financeiro, setor público (exceto Banco Central) e o resto do mundo - cresceu de 10,4% em novembro para 11,4% do PIB, no mês de dezembro, conforme tabela abaixo:

**DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL
EM PODER DO MERCADO**

SALDOS EM R\$ MILHOES	1998		
	OUT	NOV	DEZ
I. DÍVIDA INTERNA	18.714	18.134	25.292
I.1 - Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	193.107	198.365	213.503
I.2 - Dívida Contratual da STN	-122.425	-127.208	-134.220
I.3 - Dívida Contratual de Fundos , Autarquias e Fundações	-51.968	-53.023	-53.991
I.3.1 - Fat	-35.991	-36.734	-37.413
I.3.2 - Demais Entidades	-15.977	-16.289	-16.578
II. DÍVIDA EXTERNA	76.265	76.101	76.849
II.1 - Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	58.256	58.542	58.984
II.2 - Títulos Depositados em Garantia	-4.111	-4.182	-4.184
II.3 - Dívida Contratual	22.472	22.119	22.447
II.4 - Disponibilidades	-352	-378	-397
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL	94.979	94.235	102.141
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL / PIB	10,6%	10,4%	11,2%

Os principais fatores que contribuíram para esse comportamento foram i) crescimento do custo de captação para o Tesouro Nacional; ii) operações de reestruturação de dívida de entidades do setor público pelo Tesouro Nacional; e iii) refinanciamento de dívida e financiamento da reestruturação bancária dos governos estaduais.

Dívida Mobiliária

O estoque total da Dívida Pública Mobiliária Federal interna, de responsabilidade do Tesouro Nacional¹, atingiu, em 31 de dezembro de 1998, a cifra de R\$ 342,9 bilhões, um acréscimo de 8,1% em relação ao mês anterior. Desse

¹ - Exceto títulos emitidos em garantia.

total, 62,3% estavam em poder do mercado, o que representa 23,5% do PIB. O acréscimo de 1,5 ponto percentual pode ser explicado pelos seguintes fatores: i) emissões à conta de refinanciamento da dívida e reestruturação bancária dos governos estaduais; ii) operações estruturadas junto a empresas estatais; e iii) adequação patrimonial do Banco Central.

TESOURO NACIONAL-DPMF

Saldos em R\$ mil correntes

	1998		
	OUT	NOV	DEZ
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL	298.387	317.311	342.886
I.1 Dívida com Mercado	193.107	198.365	213.503
I.1.01 LTN	8.519	4.822	4.914
I.1.02 LFT	108.405	117.861	128.553
I.1.03 LFT-A	2.191	2.339	2.407
I.1.04 LFT-B	17.989	19.846	21.593
I.1.05 NTN-A	4.815	4.870	5.009
I.1.06 NTN-D	24.637	24.490	24.187
I.1.07 CFT-D	3.774	3.818	3.861
I.1.08 Demais	22.777	20.320	22.978
I.2 Dívida com BACEN	105.280	118.945	129.383
I.2.01 LTN	15.255	15.537	15.835
I.2.02 NTN-D	0	0	0
I.2.03 LFT-A	70.075	81.902	85.452
I.2.04 LFT	13.431	14.092	25.607
I.2.05 Demais	6.519	7.414	2.489
Dívida MERCADO/PIB	21,5%	22,0%	23,5%

Refinanciamento da Dívida Estadual

Com relação à reestruturação das dívidas dos estados e do sistema financeiro estadual, foram efetuadas as seguintes operações:

- i) financiamento ao estado do Rio Grande do Sul, no valor de R\$ 2,4 bilhões, sendo R\$ 361 milhões em LFT-B e R\$ 2,0 bilhões em LFT-A, destinadas ao saneamento do sistema financeiro;
- ii) financiamento ao estado do Amapá, da ordem de R\$ 25 milhões em LFT-A, destinadas à extinção do Banco do Estado do Amapá – Banap e criação de agência de fomento; e
- iii) emissão especial de R\$ 778 milhões e de R\$ 317 milhões em LFT-B junto aos bancos credores da dívida contratual do estado de Alagoas e do Maranhão, respectivamente, com vistas ao refinanciamento dessas dívidas;

O quadro a seguir resume as principais operações ocorridas no mês de dezembro:

EMISSÕES RELATIVAS À ASSUNÇÃO DE DÍVIDA DOS ESTADOS		Dezembro/98
ESTADO	VALOR (R\$milhões)	LEI
Rio Grande do Sul		
1. Reestruturação Bancária		
1.1. LFT-A	2.019,0	Art. 3º da MP nº 1702-31/98
1.2. LFT-B	361,0	Art. 3º da MP nº 1702-31/98
Alagoas		
1. Refinanciamento de Dívida		
1.1. LFT-B	778,0	Lei nº 9496/97
Maranhão		
1. Refinanciamento de Dívida		
1.1. LFT-B	317,0	Lei nº 9496/97
Amapá		
1. Reestruturação Bancária		
1.1. LFT-A	25,0	Art. 3º da MP nº 1702-31/98
Total	3.500,0	

Observe-se que, no exercício de 1998, os programas de apoio à reestruturação e ao ajuste fiscal dos estados (Lei nº 9.496/97) e de redução da presença do setor público estadual na atividade bancária (Proes) contemplaram 17 estados. Tais programas contribuíram para o crescimento da dívida mobiliária federal em R\$ 110,7 bilhões, sendo R\$ 87,9 bilhões em LFT-A, R\$ 21,6 bilhões em LFT-B e R\$ 1,3 bilhão em LFT-E. Importante ressaltar que o impacto total desses programas sobre a dívida líquida foi de R\$ 28,9 bilhões, a valores de dezembro, sendo R\$ 111,8 bilhões referentes à dívida mobiliária e aquela securitizada, e R\$ 83,1 bilhões a haveres contratuais junto aos estados.

Operações Estruturadas

As operações estruturadas somaram liquidamente R\$ 220 milhões no mês de dezembro². São resumidas a seguir:

² - As operações estruturadas podem ser genericamente entendidas como o equacionamento de dívidas da União e de entidades controladas junto a agentes econômicos, inclusive do setor privado, mediante a compensação entre ativos e passivos recíprocos. Os instrumentos utilizados são a emissão de títulos por processo direto ou competitivo, a cessão de direitos sobre créditos e a aquisição direta de recebíveis contra terceiros, dentre outros. A principal finalidade dessas operações é a administração ativa da carteira do Tesouro Nacional, com vistas a encontrar oportunidades para a redução do custo da dívida por meio da racionalização do balanço das instituições e da União.

- i) emissões especiais de NTN-P, no valor de R\$ 30 milhões, adquiridas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND, em troca de recursos em moeda corrente provenientes de alienações realizadas no âmbito do Programa Nacional de Desestatização – PND;
- ii) emissão especial de R\$ 161 milhões em LFT junto à Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ. O objetivo da operação foi reestruturar o passivo da CDRJ, em contrapartida à transferência de recebíveis originários de contratos de arrendamento e concessão de serviços públicos. As emissões foram destinadas ao pagamento de dívidas tributárias junto ao INSS e ao parcelamento do FGTS. A certidão negativa dessas entidades possibilitará a alienação de seus ativos imobilizados e, portanto, a quitação do restante de sua dívida;
- iii) emissão especial de R\$ 612 milhões em LFT junto à Eletrobrás, com vistas a reestruturação do balanço patrimonial da entidade. A emissão teve por contrapartida a cessão de créditos da empresa junto a Itaipu binacional;
- iv) cancelamento de LFT, no valor de R\$ 3 milhões, que se encontravam em poder do Banco do Brasil, tendo em vista ajuste em operação realizada entre o Tesouro Nacional e aquela instituição;
- v) cancelamento de R\$ 580 milhões em NTN-H, junto à Petrobrás. A NTN-H foi emitida como garantia de pagamento do saldo devedor da Conta Petróleo, Derivados e Álcool, nos termos da Medida Provisória nº 1.682-6 de 26/10/98. O Cancelamento ocorreu em virtude da redução do mencionado saldo devedor da Conta; e
- vi) cancelamento de R\$ 123 milhões em CFT-A, que se encontravam em poder de alguns estados. Em outubro deste ano foi realizada uma operação entre o Tesouro Nacional e a RFFSA onde foram emitidos CFT-A em troca de recebíveis. A RFFSA utilizou esses certificados para pagamento de ICMS junto aos Estados. De posse dos CFT-A, os Estados quitaram parte de suas dívidas com a União. Observe-se que essa operação corresponde a quitação de dívida e de haveres junto aos estados, com impacto neutro sobre a dívida líquida do Tesouro Nacional.

Adequação Patrimonial do Banco Central

No mês de dezembro também foram realizadas operações junto ao Banco Central, com base na Medida Provisória nº 1.789/98, a qual prevê a adequação patrimonial do Banco Central do Brasil, por meio de transferência e substituição de créditos e títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional não-adequados aos fins de política monetária, por outros instrumentos mais apropriados à finalidade precípua da mencionada autarquia.

A operação realizada entre o Banco Central do Brasil e o Tesouro Nacional foi dividida em duas etapas: i) emissão especial de R\$ 11,2 bilhões em LFT, em favor do Banco Central do Brasil; e ii) cancelamentos de títulos em poder do Banco Central da ordem de R\$ 5,5 bilhões, sendo R\$ 1,5 bilhão em NTN-A, R\$ 2,3 bilhões em NTN-B, R\$ 905 milhões em NTN-L e R\$ 859 milhões em NTN-P.

Composição da Dívida Mobiliária

TESOURO NACIONAL - EMISSÕES FINANCEIRAS EM MERCADO					
Dezembro/98					
DATA DE EMISSÃO	TÍTULO	PRAZO	TAXA MÉDIA ANUAL/DESÁGIO	Valor (R\$ milhões)	
				Financeiro	Nominal
01/12/98	NTN-D	3 anos	VC + 6% a.a.	500,0	399,2
03/12/98	CTN	20 anos	IGP-M	336,0	34,8
02/12/98	LFT	266 dc/182 du	-0,054%	4.000,0	4.001,6
09/12/98	LFT	364 dc/248 du	-0,024%	3.000,0	3.000,7
16/12/98	LFT	364 dc/248 du	-0,001%	770,2	770,2
16/12/98	NTN-E	182 dc/122 du	3,569%	500,0	491,5
23/12/98	NTN-E	182 dc/122 du	3,030%	500,0	492,8
23/12/98	NTN-S	364 dc/248 du	1,878%	1.000,0	981,6
30/12/98	NTN-E	182 dc/123 du	3,011%	500,0	492,8
30/12/98	NTN-S	364 dc/249 du	1,994%	500,0	490,2
TOTAL				11.606,2	11.155,4

VC = Variação Cambial

Em dezembro, houve uma alteração na estratégia de colocação de títulos para captação de recursos financeiros em leilão. Na primeira metade do mês optou-se pela emissão de LFT, as quais mantiveram a tendência dos meses anteriores, sendo vendidas com um pequeno ágio. A partir da segunda quinzena adotou-se a colocação de Notas do Tesouro Nacional – Séries E e S. Ambos os títulos foram vendidos com um pequeno deságio, como podemos ver na tabela acima.

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA EM MERCADO			Dezembro/98
EMISSÕES, RESGATES E CANCELAMENTOS			R\$ milhões
Fatos	Financeiras	Não financeiras	Total
I. Emissões	11.606	15.497	27.104
II. Resgates	2.309		2.309
III. Cancelamentos	6.220		6.220
IV. Valor líquido (I-II-III)	3.077	15.497	18.575

As emissões líquidas (volume emitido maior que principal resgatado) perfizeram o valor de R\$ 9,1 bilhões. Considerando o total das emissões, resgates e cancelamentos, o valor líquido emitido foi da ordem de R\$ 18,6 bilhões.

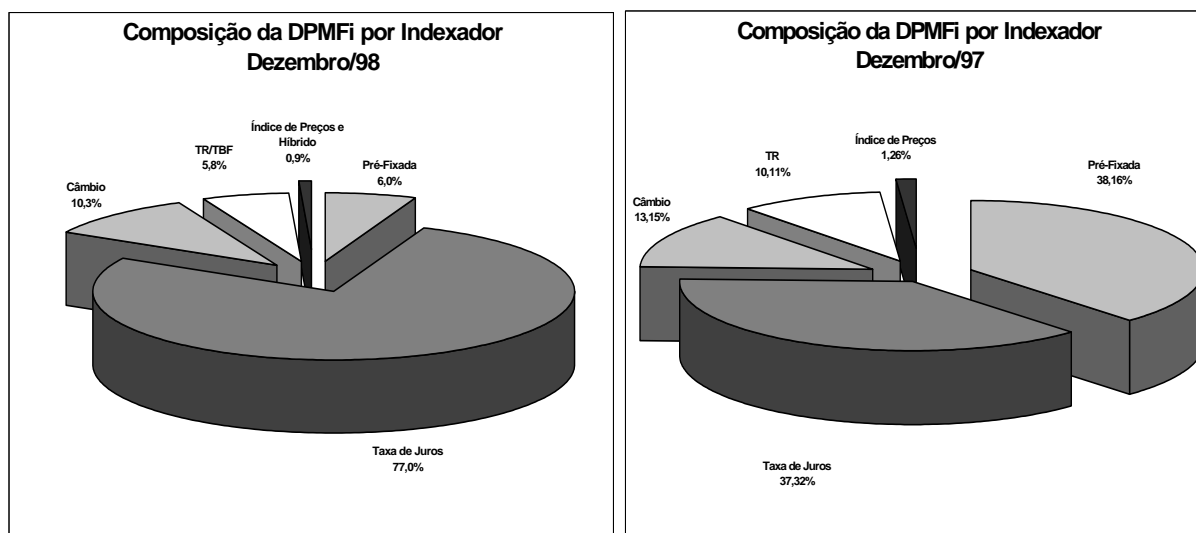
O quadro a seguir apresenta a evolução da composição da dívida mobiliária no exercício de 1998:

TESOURO NACIONAL - COMPOSIÇÃO DA DPMFi			
Títulos mais significativos (%)			
TÍTULO	Dez/97	Nov/98	Dez/98
LTN	38,6	6,4	6,0
LFT	6,6	41,4	44,9
LFT-A	19,8	26,4	25,6
LFT-B	5,5	6,2	6,3
NTN-A	2,6	2,0	1,5
NTN-D	9,5	7,7	7,0
NTN-H	3,1	1,4	1,2
NTN-P	5,8	4,2	3,7
DEMAIS	8,5	4,3	3,8
TOTAL	100,0	100,0	100,0

A mudança na composição da dívida mobiliária durante o período é reflexo dos choques externos ocorridos a partir de setembro/97. No primeiro trimestre de 1998, o arrefecimento dos efeitos da crise asiática e o continuado movimento de redução das taxas de juros domésticas, permitiram o retorno das emissões de Letras do Tesouro Nacional (LTN) de prazos de 182 e 364 dias, conjugado com a consolidação das colocações de LTN de 91 dias, iniciadas ao final de dezembro/97. Entretanto, a partir de maio, com a deterioração do sistema financeiro japonês e o aprofundamento da crise na Rússia, a colocação de títulos prefixados poderia elevar consideravelmente o custo de refinanciamento do Tesouro.

Com isso, optou-se por colocações de Letras Financeiras do Tesouro – LFT que, não obstante estarem atreladas ao *overnight*, permitiam o alongamento dos prazos de emissão para algo em torno de sete a doze meses. Conseqüentemente, a composição da dívida mobiliária alterou-se significativamente.

Os eventos acima mencionados acarretaram profunda alteração da participação dos títulos prefixados e pós-fixados no estoque da DPMFi no exercício de 1998. Num prazo de doze meses, os papéis prefixados (LTN), os quais representavam 38,2% do estoque em dezembro/97, reduziram-se a 6,0% do total, enquanto os títulos indexados às taxas básicas de juros (LFT) tiveram sua participação aumentada de 37,3% (dezembro/97) para 77,0% (dezembro/98). Os papéis cambiais, por sua vez, tiveram sua composição relativa reduzida de 13,2% para 10,3%.



Por outro lado, o estoque da dívida mobiliária foi reduzido devido à utilização de recursos provenientes da alienação de empresas públicas, no âmbito do PND, conforme tabela abaixo. Note que se considerarmos o valor bruto dos leilões, inclusive parcelas financiadas, o resultado atingido pelo PND, até 30/12/98, foi de aproximadamente R\$ 27,2 bilhões. Nesse montante não estão computadas as dívidas transferidas nos respectivos processos de desestatização, as quais totalizam R\$ 3,7 bilhões.

RESULTADO DO PND EM 1998 (Incluindo Telecomunicações)	TOTAL 1998 Em R\$ milhões
I - Resultado Bruto das Vendas /1	27.196,98
1 - Valor Bruto	27.196,98
a) Financiado	15.448,76
b) À vista (em moeda corrente)	11.748,21
2 - Bolsa - despesas/valores bloqueados	(72,83)
3 - Acertos - BNDES	(29,09)
II - Repassado - Alienantes (1b+2+3)	11.646,29
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	
III - Conta Única - Tesouro	11.374,65
* Dívida Interna	11.012,53
* Dívida Externa	344,60
* Saldo na Conta Única	17,51
IV - Alienantes	271,65

1 - Não estão incluídos os dados relativos ao leilão de ações remanescentes da Gerasul, ocorrido em 30/12/98.

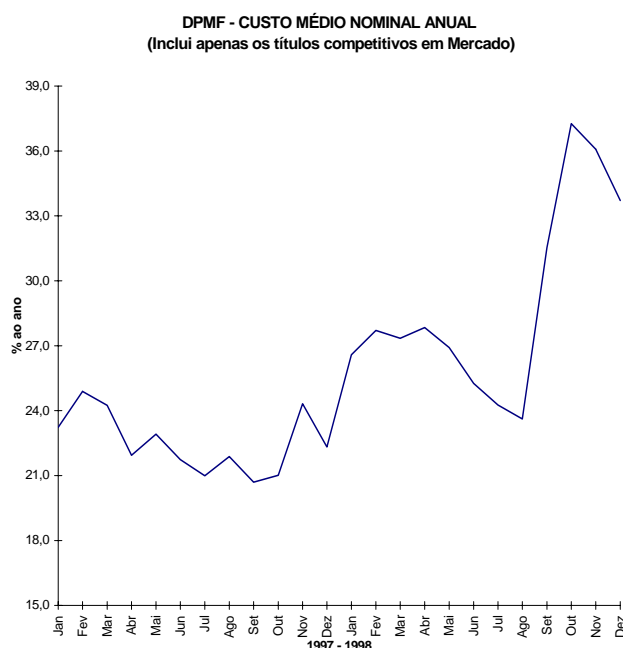
Deduzindo-se os valores bloqueados judicialmente, as despesas cobradas pelas câmaras de liquidação e custódia, as parcelas financiadas e os acertos efetuados pelo BNDES (despesas administrativas, comissões, remuneração extra-mercado, e outros), o valor líquido repassado aos alienantes foi de R\$ 11,6 bilhões, dos quais R\$ 11,4 bilhões ingressaram ao Tesouro Nacional e foram destinados à amortização da dívida pública (R\$ 11,0 bilhões para a dívida interna e R\$ 344,6 milhões para a dívida externa). O saldo restante (R\$ 17,5 milhões) encontra-se na Conta Única e deverá ter a mesma destinação.

Custo e Prazo Médios da Dívida Mobiliária

O custo médio mensal dos títulos emitidos por meio de processo competitivo foi de 2,3%, inferior aos 2,5% do mês anterior, em virtude de uma pequena redução na taxa Selic. O custo médio dos títulos em poder do mercado caiu, de 2,5%, para 2,3%. Em termos anualizados, isolando-se o efeito do número de dias úteis no mês, o custo médio total reduziu-se de 36,3% para 33,1%.

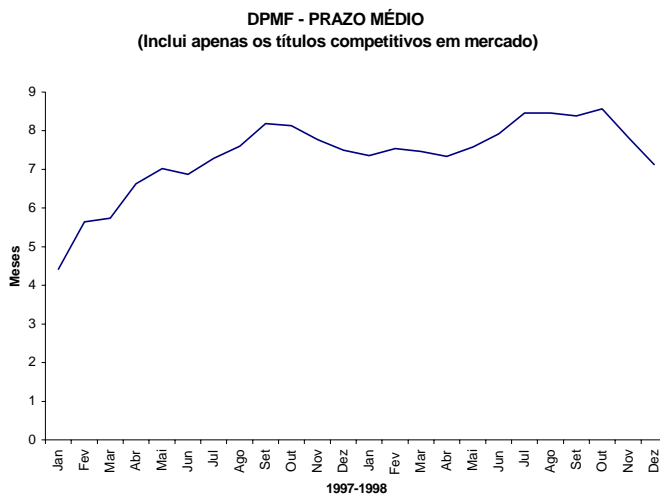
DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL - MERCADO			
CUSTO MÉDIO ANUAL (%)			
PERÍODO		TOTAL	COMP(1)
1997	Jan	22,95	23,23
	Fev	24,37	24,89
	Mar	23,59	24,24
	Abr	21,62	21,94
	Mai	22,63	22,92
	Jun	21,48	21,74
	Jul	18,58	20,99
	Ago	21,61	21,88
	Set	20,03	20,69
	Out	20,15	21,02
	Nov	24,74	24,32
	Dez	22,42	22,32
1998	Jan	29,10	26,59
	Fev	26,92	27,71
	Mar	26,56	27,34
	Abr	26,03	27,84
	Mai	23,81	26,92
	Jun	22,68	25,26
	Jul	20,56	24,26
	Ago	21,58	23,62
	Set	27,70	31,54
	Out	34,54	37,26
	Nov	32,80	36,08
	Dez	31,32	33,71

(1) Custo dos títulos competitivos da DPMF-i em mercado.



O prazo médio da dívida mobiliária total passou de 43,2 meses, em novembro, para 63,2 meses em dezembro. Entretanto, o prazo médio dos títulos competitivos reduziu-se, passando de 7,1 para 6,4 meses. Desse total, aqueles em mercado passaram de um prazo médio de 7,8 para 7,1 meses.

DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL		
PRAZO MÉDIO NO MERCADO		
PERÍODO		EM MESES
1997	Jan	4,42
	Fev	5,64
	Mar	5,74
	Abr	6,63
	Mai	7,02
	Jun	6,87
	Jul	7,28
	Ago	7,60
	Set	8,18
	Out	8,13
	Nov	7,77
	Dez	7,50
1998	Jan	7,36
	Fev	7,54
	Mar	7,47
	Abr	7,34
	Mai	7,58
	Jun	7,92
	Jul	8,46
	Ago	8,46
	Set	8,39
	Out	8,57
	Nov	7,83
	Dez	7,13



Dívida Contratual

Em dezembro, o estoque de haveres líquidos da União somou R\$ 134,2 bilhões, crescendo cerca de 5,5% em relação a novembro, em decorrência, basicamente, dos créditos provenientes do processo de renegociação da dívida com os estados, com base na Lei 9.496/97, no valor de R\$ 83,1 bilhões, e das operações estruturadas, que geraram créditos na forma de recebíveis de estatais, da ordem de R\$ 24,1 bilhões.

DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA

SALDOS EM R\$ MILHÕES

	OUT	1998 NOV	DEZ
Total da STN	-122.425	-127.208	-134.220
Dívida Bancária	39.413	39.670	39.723
Crédito Securitizado(Exceto CVSA)	16.236	16.210	16.630
CVS	3.697	7.238	7.273
Títulos da Dívida Agrária -TDA	2.919	2.933	3.060
Debêntures	721	573	575
Outras Dívidas	151	175	148
INSS	-7.542	-7.740	-7.926
Lei 7976/89	-8.863	-8.854	-8.836
Bônus Renegociação	-16.755	-16.869	-12.320
Lei 8.727/93	-40.316	-40.575	-40.625
Lei 9.496/97	-70.864	-79.309	-83.117
Recebíveis Estados	-3.009	-3.023	-3.032
Recebíveis Estatais	-16.001	-15.981	-24.146
Outros	-12.571	-12.197	-11.245
Créditos Oper. Oficiais	-7.501	-7.563	-7.928
Arrecadação a Recolher	-2.139	-1.897	-2.455
Total de Fundos, Autarquias e Fundações	-51.968	-53.023	-53.991
Fat	-35.991	-36.734	-37.413
Demais Entidades	-15.977	-16.289	-16.578
TOTAL	-174.392	-180.231	-188.210
TOTAL / PIB	-19,4%	-20,0%	-20,7%
Total da STN / PIB	-13,6%	-14,1%	-14,7%

Os créditos com as estatais correspondem a recebíveis de recursos decorrentes de concessões da RFFSA; créditos do BNDES junto ao BNDES-par; créditos da Eletrobrás junto a Itaipu; entre outros, transferidos ao Tesouro Nacional. São haveres decorrentes das operações estruturadas efetuadas pelo Tesouro junto a essas entidades.

Dívida Externa

O saldo da dívida externa do governo federal em dezembro foi de R\$ 76,8 bilhões (8,4% do PIB), sendo R\$ 59,0 bilhões correspondentes à dívida mobiliária e o restante a títulos depositados em garantia, dívida contratual e disponibilidades de fundos, autarquias e fundações, conforme quadro a seguir:

DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL

Em R\$ milhões

	OUT	1998 NOV	DEZ
1. DÍVIDA MOBILIÁRIA	58.256	58.542	58.984
1.1. Bônus de Renegociação	47.609	47.929	48.228
Brazil Investment Bond (BIB)	1.074	1.081	1.088
Interest Due and Unpaid (IDU)	5.230	5.265	5.298
Par Bond (PB)	5.037	5.070	5.102
Discount Bond (DB)	6.454	6.497	6.538
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	2.073	2.087	2.100
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	8.719	8.777	8.832
Debt Conversion Bond (DCB)	10.130	10.198	10.262
New Money Bond (NMB)	2.672	2.690	2.706
Eligible Interest (EI)	6.221	6.262	6.301
1.2. Bônus de Captação	10.646	10.613	10.756
Global Bond 2027	4.176	4.204	4.230
Demais	6.470	6.409	6.526
2. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-4.111	-4.182	-4.184
3. DÍVIDA CONTRATUAL	22.472	22.119	22.447
4. DISPONIBILIDADES DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-352	-378	-397
5. TOTAL (1+2+3+4)	76.265	76.101	76.849
DÍVIDA EXTERNA TOTAL / PIB	8,47%	8,44%	8,44%

No tocante às obrigações externas, há que se destacar o resgate, em julho, do bônus em *Euromarco 98*, no valor de 1 bilhão de marcos alemães (R\$ 838 milhões), bem como a liquidação final dos compromissos da fase 3-A do Clube de Paris. O quadro a seguir apresenta os pagamentos realizados no mês de dezembro:

TESOURO NACIONAL	Dez/98
Encargos da Dívida Externa	R\$ mil
I. Encargos Totais	573.981
I.1. Organismos Multilaterais	12.729
I.2. Bancos Privados/Ag. Gov.	48.444
I.3. Clube de Paris	327.175
I.4. Dívida Mobiliária Externa	185.633
I.4.1. Bônus IDU	185.633